

As políticas sociais no Plano e Orçamento para 2008

Piedade Lalanda Grupo Parlamentar do Partido Socialista

**Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Sras. e Srs. Deputados
Sr. Presidente do Governo
Sra. e Srs. membros do Governo**

A solidariedade, e por consequência as Políticas Sociais, é um tema caro aos governos do Partido Socialista, quase que diria um valor essencial na diferenciação ideológica em relação aos governos liberais do PSD.

Diga-se a título de curiosidade que no arquivo de intervenções desta Assembleia, os deputados do principal partido da oposição têm primado pela ausência ou fraca abordagem das políticas sociais. Este facto é bem revelador da pouca importância que atribuem a esta dimensão da governação e, de certa forma, é um sinal de que não têm alternativas credíveis às políticas sociais implementadas por este governo.

Como é lógico, não contabilizamos as abordagens sensacionalistas e a avaliação dramática que responsáveis do PSD ditam para a comunicação social. O debate construtivo e sobretudo as propostas de investimento que podem mudar a vida das pessoas deveriam ser apresentadas neste Parlamento, onde os açorianos esperam ver defendidas as causas da solidariedade. Enquanto deputados eleitos pelo Partido Socialista, consideramos o desenvolvimento social uma prioridade da acção política que se quer sustentável, quase que diríamos, é pela via das políticas sociais que o crescimento económico se humaniza.

Não se trata de reivindicar as questões da pobreza ou da exclusão social, como problemática ou preocupação exclusiva da esquerda, mas certamente que se pode concluir, até pela análise dos investimentos realizados nos diferentes

governos, antes e depois de 1996, da diferença que os separa no que toca à intervenção política nesta área.

Um dos vectores essenciais das políticas sociais que marca os planos regionais do Partido Socialista é o reconhecimento das várias formas de inadaptação social existentes e a consciência de que as desigualdades não são naturais, mas de ordem socioeconómica e sociocultural. Daí decorre o facto de a Coesão Social constituir uma orientação estratégica, inscrita nas Orientações de Médio Prazo, entendida de forma transversal a todos os sectores de desenvolvimento regional.

Apesar da carência material ser um indicador importante na avaliação do grau de severidade da pobreza, as políticas sociais que visam o combate à exclusão social não se devem resumir a uma mera contabilização de transferências, sob a forma de subsídios ou pensões. A exclusão social não é um mero resultado da falta de dinheiro, mas representa uma condição que limita a participação dos cidadãos, segrega e por vezes marginaliza os mais fragilizados.

São diversas e por vezes complexas as situações de exclusão social, mas em todos os casos, a acção governativa tem de se basear numa estratégia de integração que passe pelo aumento das competências e pela melhoria do acesso aos recursos, contribuindo por um lado para uma maior coesão social e por outro, fomentando o próprio desenvolvimento local.

Estes têm sido os eixos de actuação, em termos de políticas sociais, do IX Governo Regional, liderado pelo Partido Socialista. E, para atingir este duplo objectivo, de coesão e desenvolvimento social, os planos e orçamentos regionais têm vindo a investir, progressivamente, num número cada vez maior de áreas de intervenção social, alargando a todos os concelhos os equipamentos e serviços necessários.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Sras. e Srs. Deputados
Sr. Presidente do Governo
Sra. e Srs. membros do Governo

Em termos de combate à exclusão social, a Região Açores de forma precursora, tem vindo a por em prática uma orientação recente da União Europeia, que aponta como investimento estratégico a aposta na inclusão activa. Para além da protecção social que diferentes medidas proporcionam aos grupos sociais mais fragilizados, a intervenção dos serviços de acção social visam sobretudo aumentar o grau de autonomia dos cidadãos beneficiários, apostando no aumento das suas qualificações e competências; incentivando a escolarização, dos mais jovens e dos adultos iletrados, favorecendo desta forma a integração qualificada no mercado de trabalho.

Analisar o plano de investimentos ao nível das políticas sociais, implica considerar não apenas a evolução progressiva das verbas inscritas no capítulo do "Desenvolvimento do sistema de solidariedade social", que passaram de 10,3 Milhões de euros em 2005 para 17,5 Milhões de euros em 2008, mas integrar entre outros, o investimento previsto ao nível da criação de emprego qualificado, da formação profissional, da promoção da saúde e da habitação social. É este conjunto alargado de medidas que permite avaliar da dimensão do desenvolvimento social inscrito nos planos regionais

Não basta afirmar demagogicamente que as pessoas devem estar em primeiro lugar. O importante é criar condições estruturais, para que as pessoas possam dar os passos necessários que as façam sair da sombra em que vivem ou onde se refugiam, apostando em políticas pró-activas que contrariem o isolamento e a passividade em que muitos se instalam.

A solidariedade não é sinónimo de dádiva mas de cooperação e as políticas sociais devem apoiar os que mais necessitam e responder, de forma eficaz, aos desafios da sociedade actual, antecipando a resposta a novas necessidades que decorrem por exemplo:

- Do envelhecimento da população e do aumento da esperança média de vida;
- Da entrada progressiva das mulheres no mercado de trabalho e a constituição de famílias de dupla carreira;

- Do aparecimento de novas formas de família, particularmente as monoparentais;
- Ou da presença mais acentuada de imigrantes e a multiculturalidade daí resultante.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Sras. e Srs. Deputados
Sr. Presidente do Governo
Sra. e Srs. membros do Governo

Olhando com mais detalhe a evolução dos investimentos entre 2005 e 2007, podemos concluir que se cumpriram as orientações definidas no início do mandato e, apesar desta ser uma das áreas onde os resultados ficam sempre aquém do ideal, podemos afirmar que foi ganha a aposta na coesão social.

- Aumentou o número de equipamentos sociais, em diferentes áreas de intervenção (passando de 543 em 2005, para 639 em 2007) com especial destaque para a infância e a juventude, onde passaram de um total de 72 para 111, correspondendo a um aumento de utentes de 1252 para 5377.

A este aumento corresponde um maior número de Instituições Particulares de Solidariedade social com acordos de cooperação, passando de 209 no final de 2005 para 223 em Setembro de 2007.

Este alargamento do número de equipamentos sociais não é apenas visível através da correspondente dimensão construída (o betão que o líder do grupo parlamentar do PSD diz ser a única forma de fazer política deste governo). O verdadeiro impacto das acções desenvolvidas reflecte-se noutros números, nomeadamente:

- No aumento do número de pessoas apoiadas,
- No aumento das áreas de protecção social,
- Na maior proximidade e qualidade das respostas organizadas;

- E, sobretudo, no grande contributo que representam na construção de uma sociedade mais justa, em termos do acesso e da distribuição dos recursos.

Mais pessoas apoiadas

Entre 2005 e Setembro de 2007 regista-se um aumento de utentes na ordem dos 42%, passando de 17.262 para 24.456.

Mais áreas de protecção social

Em 1996 contavam-se 16 tipos de equipamento social, em 2005 eram 33 e em Setembro de 2007, registam-se 38 áreas diferenciadas de apoio e desenvolvimento social.

Maior proximidade na resposta

A evolução do número e do tipo de resposta social tem sido pautada pela preocupação de tornar mais acessíveis a todos os açorianos os equipamentos sociais de que necessitam, o que significa uma promoção de **serviços de proximidade**, que não existia antes. Se não vejamos alguns dos serviços entretanto criados:

- Rede de amas certificadas como alternativa de apoio às famílias com crianças pequenas;
- Alargamento do serviço de prestação de cuidados ao domicílio a idosos e acamados.
- Criação de ludoteca ambulante
- Incremento do transporte adaptado

Assim e retomando as principais linhas de orientação que explicam a evolução e a estratégia implementada em termos de políticas sociais, há mais pessoas apoiadas, mais áreas de protecção social, maior proximidade na resposta e, finalmente, o sistema de protecção social tem procurado contribuir para uma **maior justiça no acesso e distribuição dos recursos**.

Nesse sentido, é evidente a aposta dos diferentes planos de investimento no apoio aos deficientes, através do aumento do número de equipamentos, e

sobretudo, da distribuição territorial dessas valências, como são por exemplo, os Centros de Actividades Ocupacionais e as residências para deficientes.

Depois de concluídos os Centros de Actividades Ocupacionais de Vila Franca, Nordeste e Angra, o plano para 2008 prevê a criação em Vila do Porto, na Maia e na Ribeira Grande deste tipo de equipamento.

A contribuição das políticas sociais dos governos do Partido Socialista para uma maior justiça social nos Açores, não se limita aos grupos tradicionalmente objecto de uma intervenção: crianças, idosos e deficientes. Há outras problemáticas, em alguns casos esquecidas ou ignoradas nos governos anteriores a 1996, que hoje são objecto de uma atenção particular do governo.

A título de exemplo referimos:

- A inserção dos repatriados;
- O apoio directo aos sem-abrigo;
- O acompanhamento e abrigo das vítimas de violência doméstica;
- A inserção de toxicodependentes quer ao nível de residências ou de programas de trabalho e emprego;
- O acesso directo dos jovens a gabinetes de informação;
- O apoio familiar, o aconselhamento parental e o acompanhamento psicossocial, nomeadamente para jovens;
- A implementação do Microcrédito e a promoção do mercado social de emprego;
- A protecção das famílias mais carenciadas através do Rendimento Social de Inserção

São novas medidas para velhos ou novos problemas que hoje encontram num conjunto alargado de instituições e sobretudo, em programas coordenados entre diferentes serviços, envolvendo equipas técnicas especializadas, uma resposta adequada.

Não se trata de medidas construídas em "betão", mas de respostas sociais, muitas delas a funcionar em rede, integrando de forma mais eficaz os recursos existentes na comunidade.

Os equipamentos ou se quisermos o betão, sejam creches, jardins-de-infância, lares ou outros, são instrumentos que contribuem para concretizar determinadas políticas sociais. Por via do acolhimento, da prevenção e da educação/formação de determinados grupos sociais, contribuem para uma maior integração e dignificação das pessoas apoiadas. Em alguns casos, a criação destes novos espaços é vital para determinados grupos vulneráveis como é o caso das crianças em situação de risco ou das mulheres vítimas de maus-tratos.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Sras. e Srs. Deputados
Sr. Presidente do Governo
Sra. e Srs. membros do Governo

O programa sufragado pelos açorianos em 2004 foi vencedor por diferentes motivos, entre os quais certamente esteve a proposta do Partido Socialista em matéria de desenvolvimento social. As medidas preconizadas e hoje em acção não visam o assistencialismo, mas apostam na prevenção, na mediação e na cooperação com a sociedade civil. Por esse motivo, é evidente o aumento do número e sobretudo da qualidade dos acordos de cooperação, que diversificando as respostas às diferentes necessidades e problemáticas sociais, descentralizam a prestação de serviços. Desta forma a Região tem sabido cooperar com diversas instituições parceiras da sociedade civil, atendendo de forma adequada as necessidades da população.

A análise dos documentos orientadores da política deste governo em matéria de solidariedade social, permite-nos antever a concretização de objectivos fundamentais para a sustentabilidade do desenvolvimento económico regional, nomeadamente quando se aposta de forma transversal na qualidade, na qualificação e na promoção da autonomia dos cidadãos, através do investimento nas suas competências.

Não basta dizer que as pessoas estão em primeiro lugar, é preciso investir nas suas competências e dar-lhes oportunidade para se afirmarem, porque a

cidadania é hoje um direito de todos, sobretudo dos que evidenciam maiores dificuldades de inserção social.

A implementação de políticas sociais é por ventura uma tarefa difícil, porque de resultados pouco palpáveis, mas é certamente porque esta foi a aposta do Partido Socialista, que os Açores são hoje uma Região mais desenvolvida e mais solidária do que no passado.

Os açorianos não têm motivos para temer o futuro da Região enquanto tiverem governantes que acreditam e investem nas pessoas. Para o Partido Socialista, as pessoas não estão em primeiro lugar, porque estão no centro e são a razão de ser do desenvolvimento sustentável que se deseja, sempre mais, para os Açores.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 29 Novembro 2007